



## Webinar “Internet e Geopolítica: Uma internet global, universal e aberta é possível?”

### CONCLUSÕES

25 de maio de 2022

*Na sala de atos da Universidade Aberta decorreu, a 25 de maio, o **Webinar "Internet e Geopolítica: Uma internet global, universal e aberta é possível?"** promovido pela APDSI e pelo Capítulo Português da Internet Society (ISOC PT).*

*A sessão de abertura do evento teve como intervenientes a Reitora da Universidade Aberta, Professora Doutora **Carla Padrel de Oliveira**, a Presidente da Direção da APDSI, Professora Doutora **Maria Helena Monteiro**, e o Presidente da Direção da ISOC PT, Professor Doutor **Nuno Guimarães**.*

*Nesta sessão, contou-se com as intervenções de **Andrea Becalli**, Senior Director for Stakeholder Engagement at Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), **David Frautschy Heredia**, Senior Director for European Government and Regulatory Affairs at Internet Society (ISOC), **José Legatheaux Martins**, Professor jubilado da FCT/UNL e ex-presidente do ISOC Portugal, e de **Victor Ângelo**, Ex Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas.*

---

**O tema central foi a *Splinternet* e como se podem minorar os seus impactos negativos.**

**O termo *Splinternet* é usado para designar uma Internet fragmentada** onde a visibilidade de outras redes e serviços está sujeita a filtros introduzidos por razões económicas, políticas ou geopolíticas.

Os organismos de governação dos protocolos, nomes e endereços da Internet recusam-se a contribuir para esta *Splinternet*. Este é um tema que está na génese da APDSI e também da Universidade Aberta (garantia de liberdade das pessoas), conforme referido pela reitora Carla Oliveira.

Andrea Beccalli afirma que nos últimos meses tem estado a ser ponderada a hipótese de expulsar a Rússia do DNS - Domain Name System, mas na verdade a ICANN - Internet Corporation for Assigned Names and Numbers não tem esse poder, o que para muita gente é uma surpresa e uma desilusão. Desde o nascimento da ICANN, em 1998, que se discute a possibilidade de “expulsar” um país da Internet, o que, efetivamente, não é possível.

Antes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia ter começado, já a ITU – International Communication Union tinha recebido várias propostas russas sobre a governança da Internet ao nível técnico com propostas que, aparentemente, seriam para melhorar o funcionamento da Internet, mas, na verdade, esses conceitos de melhoramento eram puxados para um interesse geopolítico de controlo da Internet.

**O facto de ninguém ter o poder de retirar um país do DNS demonstra bem a força da Internet.**

Em 20 anos de Internet há 5.5 mil milhões de utilizadores da Internet. É uma comunidade global e inclusiva como nunca existiu na história. Existem serviços e alfabetos diferentes, mas o DNS é a “cola” de todas essas pessoas. **Sem DNS haveria apenas milhares de redes independentes que não conseguiriam comunicar umas com as outras;** não haveria a Internet, conforme a conhecemos hoje. **Todavia, esta convivência está a tornar-se cada vez mais complicada.** Mesmo países como os da Europa, com fundamentos democráticos e valores mais humanos, começa a pensar-se que esta “cola” tem de ser controlada e governada para se alcançar um bem superior.

**O risco de fragmentação é real.**

Os primeiros anos em que tivemos acesso à Internet foram muito felizes, mas não temos garantias sobre como serão os próximos 20 anos. Será que essa “cola” vai continuar a funcionar assim? De cada vez que abrimos uma página na Internet estamos a utilizar o sistema DNS. Antes da guerra, a Rússia apresentava formas e sugestões para estabelecer a sua soberania na Internet e a China também fez uma proposta relacionada com o 5G que tem um efeito de fragmentação.

A UE tem várias iniciativas para regulação da Internet (RGPD, DSA, DMA, NIS2, DNS4EU) e todas têm o objetivo nobre de assegurar os nossos direitos e proteger as nossas atividades na Internet, mas encontram-se num tempo de stresse político e há o risco de virem a querer mudar a forma como o DNS funciona.

A ICANN recebeu um contacto do Governo da Moldávia que está a preparar uma lei para limitar a propaganda russa. A Transnístria, ocupada pela Rússia, mas independente desde 1990, está também a ser alvo de pressões russas que querem criar uma lei para controlar todos os que navegam na Internet naquele território. Mesmo que os objetivos sejam nobres, a ICANN recusa-se a comprometer a “cola” que garante que a Internet funciona de forma unificada.

**David Frautschy Heredia, Senior Director for European Government and Regulatory Affairs at Internet Society (ISOC), admite que experiências neste campo podem trazer consequências indesejáveis para todos nós.** E se os governantes não tomarem boas decisões, caminha-se a passos largos para a dita *Splinternet* – em última análise o termo oposto a *network* – gerada por governos ou organizações, e que **pode destruir décadas de esforços para se conseguir uma conectividade global.**

A politização da gestão da internet pode ser perigosa e acabar com pesquisas, comércio, acesso a informação ou até trabalho humanitário. Se, por exemplo, a Google ou a Wikipedia desaparecerem, os governos podem decidir o que consta nessas páginas limitando o conhecimento difundido. Pode, ainda, surgir a exploração de desbloqueio de determinada informação apenas mediante pagamento.

Para melhor se compreender a diferença entre a Internet e a *Splinternet*, David Heredia explica que a Internet precisa, para existir enquanto infraestrutura robusta, de uma arquitetura aberta e interoperável, permitindo a criação rápida de novas apps e

*features*, a passagem de informação rápida e segura, a identificação clara de um destinatário quando se escreve determinado endereço e tem de ser **tecnologicamente neutra**.

Na *Splinternet* não há lugar para nenhuma destas características existirem. Essas redes até podem obedecer a protocolos globais, mas passariam a estar sujeitas às regras de Governos que atuariam como *gatekeepers* para que a Internet sirva os seus interesses.

**A guerra na Ucrânia está a ser acompanhada de pressões políticas que poderão levar, se não forem combatidas, a que a visibilidade dos serviços disponíveis na Internet se torne totalmente dependente da região ou bloco geopolítico em que cada utilizador se encontra.**

Como proteger, então, a Internet como a conhecemos e que queremos? Estando atentos, enquanto cidadãos, à política internacional e às sanções que estão a ser discutidas. Os serviços de telecomunicações também têm um papel importante na garantia a ser dada aos cidadãos de que têm livre acesso à Internet. “A política não pode enfraquecer a Internet”, resume David Heredia.

**José Legatheaux Martins, Professor jubilado da FCT/UNL e ex-presidente do ISOC Portugal, acredita que a Internet pode desempenhar um papel no combate às questões que afetam a globalidade da Humanidade como as desigualdades e a crise climática, por exemplo. É importante termos a capacidade de coletivamente, mantermos todos os canais abertos para um diálogo mundial.**

As questões de gestão da Internet têm ficado confinadas ao DNS, protocolos e normas que permitem à rede ser única, mas as tensões geopolíticas são uma realidade incontornável.

Hoje em dia, a Internet não é tão uniforme como julgamos. Legatheaux descreve que existe a Internet chinesa, que nada tem a ver com “a outra” apesar de manterem em comum o DNS e os protocolos. O Estado chinês autorizou uma entrada da China na Internet desenhada de forma a garantir que teria controlo sobre a Internet e para evitar entradas indesejadas no mercado chinês. Em abono da verdade, diga-se que o comum

dos chineses não sente necessidade de aceder à Internet global, porque tem tudo o que precisa na Internet chinesa; todos os serviços existem e estão garantidos. Essa política tornou possível a independência da Internet chinesa, que não é igual à que conhecemos. A China está na Internet por necessidades comerciais e de manter relações económicas, daí não estar totalmente separada.

A outra Internet diferente é ainda apenas “uma tentativa” e é a russa. “Quer queiramos quer não, há muito que a política russa assenta na psicose de que o Ocidente quer atacar o país”, afirma Legatheaux. Durante vários anos a **Rússia** tem tentado encontrar formas de controlar a sua Internet, mas, como tal não foi tentado de início, **o país prepara-se agora para cortar vários serviços aos seus cidadãos com a justificação da guerra**. A China desenvolveu internamente os seus serviços, os chineses não sentem falta da Internet global, mas o caso da Rússia é diferente. O país já tentou interferir no sistema do DNS em nome da sua soberania nacional, mas sem êxito. Conseguiu-se evitar uma rutura completa, mas a ideia de um ataque iminente, por parte dos Estados Unidos em particular, levou os russos a desenvolverem legislação e medidas técnicas que lhes permite ter uma Internet que seria própria mas de “segunda classe por ausência de serviços”. Com a justificação da guerra, foi cortado o acesso a serviços informativos e às redes do ocidente, algumas das quais atuaram do mesmo modo.

Praticamente todas as ditaduras têm também a sua própria Internet, como é disso exemplo a Arábia Saudita com a sua visão religiosa do mundo. Qualquer site que defenda a emancipação da mulher ou qualquer religião não igual à oficial do Estado Saudita não é acessível. Há igualmente um enorme controlo sobre redes sociais para evitar opiniões contrárias e dissonantes.

No outro extremo, se for cortado o acesso a determinados sites por ordem judicial, estamos perante o mesmo tipo de censura, mas, neste caso, é uma censura justificada, prevista num Estado de Direito.

Olhando para o mapa sobre a liberdade na Internet publicado pela Freedom House, só 10% da humanidade tem acesso a uma Internet livre e aberta, em contrapartida, essa parte corresponde a 55% do PIB e 65% das despesas militares ao nível mundial.

O mercado mundial de serviços de Internet está, fora do mercado Chinês, concentrado numa meia dúzia de empresas que controlam os browsers, a pesquisa, as redes sociais e a publicidade. No mercado chinês são os gigantes chineses que controlam o mercado.

O efeito de rede e o princípio de que na rede “The winner takes it all” conduziu a essa monopolização e por isso a maioria dos serviços na Internet são controlados por empresas americanas o que também é um fator a tomar em consideração na análise geopolítica. Não é expectável que o Estado dos EUA vá combater esses monopólios. Quando a Microsoft foi acusada de ter uma posição dominante pela difusão gratuita do Internet Explorer, nos EUA havia a consciência de que se estava perante políticas monopolistas. No entanto, devido à importância económica mundial desse domínio dessa empresa americana, acabaram por não fazer nada.

Há hoje um desequilíbrio de poder comprovada pela valorização bolsista, isto é, o que os acionistas acham que é a expectativa de ganhos futuros, das maiores 10 ou 12 empresas no mundo. Nessas maiores valorizações mundiais há cerca de oito empresas ligadas a serviços de Internet e as que não são americanas, são chinesas.

“A realidade é esta e temos que a tomar em consideração. Do ponto de vista político, a Internet começa a substituir os media tradicionais e é preciso fazer algo sobre isso. O que os Estados autocráticos fazem é impor censura; os democráticos não têm conseguido fazer grande coisa para combater essa substituição, ou pelo menos para a tornar mais saudável”, finaliza José Legatheaux Martins.

**Victor Ângelo, Ex-Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas, partilha desta mesma opinião de que a situação em que nos encontramos hoje é extremamente séria e de evolução imprevisível** quando se olha para o futuro. Uma das consequências do cenário atual é uma fragmentação crescente da cena internacional em blocos de países com regimes similares, complementares ou que se podem entender, e que vai ter impacto em determinadas áreas e na utilização de determinados instrumentos e um deles que pode acontecer é na área da Internet, no digital.

Estamos a assistir a um momento de viragem na história contemporânea. Em junho de 2020, o Secretário-Geral das Nações Unidas publicou um relatório que estabelece alguns objetivos muito nobres, sendo de destacar o de, até 2030, todas as pessoas do planeta

terem acesso à Internet de forma gratuita e haver uma maior cooperação na área da IA – um dos domínios em que a competição entre as grandes potências tem aumentado drasticamente. Essa recomendação esconde uma competição feroz que existe nesta área entre os Estados Unidos e a China. Um terceiro objetivo desse documento de intenções é o de que a Internet devia respeitar os direitos humanos e ser usada para os difundir por todos os países do planeta.

Para além da fragmentação das relações internacionais, um outro aspeto que merece atenção é que cada vez mais os governos estão preocupados com o controlo da Internet na área da IA, da cibersegurança e no controlo das *fake news*, o que explicou a decisão tomada em relação às agências noticiosas russas que foram censuradas no espaço europeu. Outro aspeto que preocupa é que a Internet pode manipular a opinião pública e política, como é exemplo a eleição de Donald Trump.

Interessa aprofundar em que medida podemos usar a Internet como instrumento de promoção da paz, da liberdade ou direitos humanos ou impedir que seja usada por quem tem poder, para manipular e garantir que esse poder não é perdido.

## **PERGUNTAS E RESPOSTAS**

**Na fase de debate, levanta-se a questão do duopólio existente na Internet não se irá sofrer alterações com a chegada da Internet da Tesla na Europa.**

A Internet das constelações de satélite a sere lançada tem um alcance limitado. Enquanto a Internet de que dispomos agora tem um alcance de vários milhares de quilómetros, na nova solução esse alcance é localizado, o que dá a oportunidade aos Estados de a controlarem mais de perto.

Há uma parte da infraestrutura e do modo de funcionamento em que não se deve tocar; não se deve expulsar ninguém. Essa atitude não conduz a nada, só diminui as oportunidades de diálogo entre as pessoas. O mais urgente é todos ganharmos consciência de que não podemos apoiar o que conduz à fragmentação tecnológica em várias parcelas, tendo em conta que os Estados vão sempre intervir nos níveis superiores; não devemos apoiar iniciativas que mexam na base da comunicação,

considera José Legatheaux Martins. Devia haver tratados internacionais de não agressão na Internet; esta não pode ser usada para atacar outros países.

**Outra preocupação prende-se com a investigação científica na área da saúde e como a Internet é determinante nesta área e como fica a situação da Academia, uma vez que ainda não estão fechadas as portas às universidades russas.**

Os Governos vão esforçar-se por eliminar o que seja visto como uma ameaça ao poder existente ou favorecedor do poder oponente, não noutras áreas em que não esteja em causa a soberania nacional, prevê Victor Ângelo. A pesquisa bio científica e tecnológica não estará ameaçada.

**Até que ponto a Internet via satélite poderá subverter o controlo de acesso que é feito pelas autocracias? No caso da Ucrânia o satélite foi a forma de manter o país ligado ao mundo e de todos sabermos o que se passa lá.**

Estamos a analisar os benefícios destas soluções, mas há outras semelhantes que podem trazer a oportunidade de garantir o acesso contínuo à web a partir de localizações comprometidas. Mas é uma solução cara e que talvez só pudesse existir em formato de cibercafés, explica David Frautschy Heredia.



---

## **SOBRE A APDSI**

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança e Privacidade, a Ética no Digital, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, as Tecnologias de Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação, as Competências digitais e o Ambiente e Energia.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

**ASSOCIE-SE**

URL | [www.apdsi.pt](http://www.apdsi.pt)

email | [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

# APDSI

ASSOCIAÇÃO  
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública  
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A  
1600-803 Lisboa – Portugal  
URL: [www.apdsi.pt](http://www.apdsi.pt)

Tel.: (+351) 217 510 762  
Fax: (+351) 217 570 516  
E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

## Apoio Institucional



## Coorganização



## Patrocinadores Globais da APDSI

### Platina



### Ouro

